

A actualidade da Democracia Cristã

Texto de **Manuel Braga da Cruz** (Antigo Reitor da Universidade Católica Portuguesa) - artigo publicado no nº 2 da NS da Revista *Estudos*.

A democracia cristã, tal como Leão XIII a lançou na transição do século XIX para o século XX, mais do que uma ideia política, era uma ideia social.

O mesmo Papa se ocuparia de definir a posição da Igreja em face dos regimes políticos, esclarecendo que a Igreja não tem preferência por qualquer forma política, antes pelo contrário respeita a autonomia dessa esfera.

A democracia, como regime político, merece à Igreja, como todos os demais regimes históricos, uma posição de indiferença. Quando a Igreja, por razões de princípio doutrinário, recomenda aos seus fiéis o empenhamento na defesa de aspectos da democracia, como forma política, fá-lo pela defesa dos valores que conformam a democracia e não pelos aspectos políticos dessa forma.

Sabemos contudo que a democracia cristã, como ideário social, lançado pelo movimento social católico, e definido por Leão XIII, bem cedo tendeu a traduzir-se no terreno político sob a forma de partido. Esta partidarização da democracia cristã ocorreu quando se assistiu ao alargamento do sufrágio universal e ao ingresso das massas populares na vida política, quando os partidos, de sistemas de representação, passaram a ser sistemas de integração.

Tratava-se de enquadrar politicamente as massas, para as integrar na política moderna de participação. Os partidos actuavam, por isso, não apenas no terreno político e eleitoral, procurando maximizar os seus resultados e a sua representação parlamentar, mas sobretudo no terreno social, organizando os seus eleitores e apoiantes, não apenas para os mobilizar para as refregas eleitorais, mas para os formar ideologicamente, e para modelar na organização partidária a futura organização da própria sociedade. Por isso se entendia que o partido prefigurava a sociedade que se preconizava.

A partidarização da democracia cristã foi funcional à modernização da vida política, mormente à sua democratização. O juízo que sobre esse período histórico deve ser feito é necessariamente positivo. Traduziu o empenhamento dos cristãos, e muito em especial dos católicos, em contribuírem para a dignificação da vida política.

Contudo, volvida que vai sendo a modernidade, também na vida política, com a sua desideologização e sua subsequente pragmatização, substituídas as formas de mobilização e enquadramento político, perderam força os factores que impeliram

à tradução partidária da democracia cristã, e ganharam expressão os inconvenientes de uma tal denominação partidária.

Por isso, o Concílio Vaticano II se pronunciou desfavoravelmente em relação à confessionalização da política, sem contudo ter deixado de insistir nos valores que informam o ideário democrático cristão. Aliás, é sabido o apreço crescente que a Igreja e os Papas têm expresso à democratização da vida política, em vários países e zonas do mundo. Não se trata pois de um abandono das ideias de uma época, reforçadas doutrinariamente e em apreciações de conjunturas, mas de uma coerente retoma de posições quanto à vida social e política, quer respeitantes à sua inspiração doutrinária, quer à sua concretização.

É neste contexto que o ideário da democracia cristã readquire importância, não apenas como conjunto de valores e de princípios doutrinários orientadores da vida social mas também política, não apenas como corpo de normas para a organização de uma parte contra outras, mas como matriz de orientações para informar toda a actuação dos cristãos e dos católicos na vida social e política.

Os democratas cristãos do futuro não têm que ser homens de partido, e muito menos homens de um só partido, mas apenas cidadãos empenhados na construção de uma sociedade mais justa e fraterna, através de uma pluralidade de formas e de compromissos temporais. Isso foi aliás o que os “ceadecistas” sempre pretenderam, ao longo das gerações passadas.

Levar os valores do cristianismo à vida social e política, para a inspirar e impregnar, pede uma forma de organização, que não tem que se confinar a uma organização partidária, antes deve assumir-se como acima e à parte dos partidos. O ideário democrático cristão é compaginável com o pluralismo organizacional na intervenção política e social, desde que essas organizações não se incompatibilizem, elas próprias, com o ideário democrático cristão.

A vida política traduziu, nas sociedades industriais, clivagens sobretudo sociais. O que caracterizava os partidos, acima de tudo, eram diferenças sociais, quer de origem quer de projecto. Nas sociedades pós-industriais de hoje, são antes as clivagens culturais que marcam as diferenças da vida política, designadamente os valores que conformam a acção social. Nunca os valores éticos foram politicamente tão importantes como hoje, quando assistimos simultaneamente ao colapso das ideologias.

Este é o novo desafio que se coloca aos democratas cristãos: o de levar à vida social e política, e aos seus combates culturais, os valores democráticos do cristianismo. É esta a tarefa que torna actual a democracia cristã, tal como Leão XIII a formulou e os sucessivos papas a confirmaram.

